

O 2015 que eles prepararam...



2º mandato de Dilma começa com ataque aos trabalhadores

Aumento só para juízes terá reação, dizem servidores ao STF

13,23%: Sintrajud requer extensão a todos os servidores

2015 começa com medidas econômicas contra os trabalhadores

Ataques do governo Dilma (PT) terão consequências graves. Crise de 2008 não cessou e assume proporções incontroláveis

Washington Luiz Moura Lima (*)

No começo de 2015, vários ataques do governo aos trabalhadores foram confirmados e outros anunciados:

- veto à correção de 6,5% da tabela de Imposto de Renda;
- mudanças nas regras das pensões, no seguro-desemprego, PIS, auxílio-doença, e, terceirização das perícias médicas;

- aumento de impostos e combustíveis;
- aumento de juros.

Além disso, várias prefeituras aumentaram as tarifas de ônibus, e estão sendo discutidos aumentos nas contas de energia elétrica e água, dentre outros.

Cada uma dessas medidas, que afeta diretamente os trabalhadores, terá consequências graves.

Por uma série de razões, o Brasil não sofreu de maneira direta os efeitos

da crise econômica de 2008, mas agora a crise, que não cessou desde então, está assumindo proporções incontroláveis. O orçamento público, em particular da União, passou a ser o grande alvo.

Mas o repúdio a essas medidas está crescendo. Para mudar a situação grave que se vislumbra em 2015, algumas providências são fundamentais:

- revogação dos ataques aos direitos dos trabalhadores, assim como da

elevação dos juros e dos impostos;

- auditoria da dívida, conforme prevê a Constituição;

• fim das Isenções fiscais e desonerações aos grandes empresários;

- suspensão da política de superávit primário para o pagamento da dívida enquanto não se realizar a auditoria.

(*) Economista e assessor do Sintrajud

Veja a íntegra do artigo no site do Sintrajud

Pensão por morte pode durar só 3 anos com MP de Dilma

Mudanças na Previdência atingem servidores; movimento nacional quer derrubar medidas

As novas regras da Previdência Social atingem os servidores federais. A pensão vitalícia por morte do cônjuge deixa de existir para futuros benefícios tanto no setor privado quanto nos serviços públicos civis.

A duração da pensão passa a depender da expectativa de sobrevida do pensionista – com base em uma tabela elaborada pelo governo. Haverá casos nos quais a pensão durará três anos, mesmo quando

o servidor contribuiu por 35 anos.

É o que ocorrerá com beneficiários com expectativa de vida superior a 55 anos. A pensão só permanece vitalícia para quem tem expectativa de vida inferior a 35 anos, caso, hoje, de pessoas com 44 anos ou mais.

Outra mudança que atinge o servidor é a que estabelece carência de 24 meses de comprovação de casamento ou união estável e de contribuições

mensais à previdência – salvo casos de morte por acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho.

Seguro-desemprego

As alterações foram aplicadas por meio da Medida Provisória 664, publicada em 30 de dezembro. Vieram acompanhadas da MP 665/2014, que dificulta o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

As medidas já estão em vigor, mas a maioria das mudanças só vale a partir de 1º de março. As MPs precisam, porém, serem aprovadas pelo Congresso para virar lei. Sindicatos, centrais e movimentos sociais se articulam em nível nacional para derrubá-las.

Veja no site do Sintrajud um quadro explicativo sobre as novas regras da Previdência.

Greve na Volks barra demissões e expõe ajuda estatal a quem demite

Isenções fiscais transferiram R\$ 12,5 bi para montadoras, que cortaram 12 mil empregos

Por Hécio Duarte Filho

A greve que durante 11 dias paralisou a produção da Volkswagen em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, levou à reintegração dos 800 trabalhadores demitidos no início do ano e expôs a contradição da política do governo federal.

Além disso, a mobilização que uniu mais de 20 mil operários pode simbolizar o início da resistência dos trabalhadores à série de ataques aos direitos trabalhistas e sociais já apontados para 2015.

Isenções e desemprego

Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (An-

favea) mostram que as montadoras fecharam 12,4 mil postos de trabalho em 2014. O setor, no entanto, foi um dos mais favorecidos com as isenções fiscais.

Apenas entre 2012 e 2014, de acordo com dados oficiais, R\$ 12,5 bilhões do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) deixaram de ser recolhidos das montadoras devido a essa política – defendida, aliás, pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT.

A previsão é que em 2015 a Previdência deixe de arrecadar R\$ 21,4 bilhões com a substituição da contribuição sobre a folha de pagamento das empresas pela alíquota sobre o faturamento.

Reajuste zero

A greve na Volks reverteu as 800 demissões, mas as bases do acordo são similares ao rejeitado pela categoria no ano passado, apesar de defendido pela direção do sindicato. Ele prevê reajuste zero em 2015 – com pagamento apenas de um bônus que não será incorporado aos salários. Também inclui o compromisso de não demitir e o lançamento de um Plano de Demissões Voluntárias.

É razoável temer novas demissões se a adesão ao plano ficar aquém das metas da montadora. De todo modo, o movimento deu uma grande demonstração de unidade e de força da categoria – duas coisas muito necessárias aos trabalhadores para enfrentar o que 2015 reserva.

Passagem sobe e o povo diz “não”



Estudantes e trabalhadores, inclusive do Judiciário Federal, voltaram às ruas neste mês para protestar contra o aumento das passagens do transporte público em São Paulo e em outras capitais. A violência policial tem sido novamente a principal resposta dos governos.

Aposentados protestam



Ato na Paulista, diante do escritório da Presidência

Um ato público promovido na quinta-feira (22) pelo Sintrajud e por Sinsprev/SP, Assibge/SP, Sindsf/SP e Fenasp reuniu servidores públicos aposentados na Avenida Paulista para protestar contra as Medidas Provisórias 664 e 665 e celebrar o Dia do Aposentado (24 de janeiro). Eles se concentraram no vão livre do Masp e saíram em passeata até o escritório da Presidência da República em São Paulo.

No caminho, os servidores distribuíram Carta Aberta à População denunciando o ataque do governo aos direitos previdenciários e trabalhistas. Uma comissão foi recebida pela assessora Carolina Bezerra, da chefia de Gabinete, e protocolou um ofício pedindo audiência com a presidente Dilma Rousseff.



Greve de 11 dias cancelou 800 demissões

Aumento só para juízes terá reação

Lewandowski promete empenho e mesa de negociação no STF, mas admite não haver sequer interlocutor no governo

Por Hécio Duarte Filho

Dirigentes da federação nacional (Fenajufe) disseram na quarta-feira (21) ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que a categoria não aceitará o aumento apenas para juízes e que isso levará a novas mobilizações e à greve.

Lewandowski argumentou que fez tudo que pode para impedir a exclusão dos servidores do acordo que resultou no aumento para os magistrados, prometeu empenho para incluir a proposta salarial na Lei Orçamentária Anual de 2015, mas voltou a dizer que a conjuntura é difícil.

Ele informou ter conversado sobre a demanda dos servidores com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, mas admitiu que sequer há um interlocutor designado pela presidente Dilma Rousseff (PT).

“Novas mobilizações”

Foi a primeira reunião do chefe do STF com a Fenajufe após o desastroso desfecho da questão salarial no final de 2014. Mas pouca coisa mudou em relação às justificativas do ano passado.

“A categoria precisa se preparar para novas mobilizações em 2015”, alerta o servidor Saulo Arcangeli, um dos dirigentes da Fenajufe na audiência. “Temos que participar da campanha unificada dos servidores federais e fazer muita pressão sobre o governo Dilma, o STF e a Procuradoria-Geral da República”, defende.

Cobrado pelos servidores, Lewandowski disse ter acordo com a instalação de uma mesa permanente de negociação e prometeu encaminhar isso via Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Representada pelos servidores Saulo Arcangeli, Cleo Vieira e João Batista, a Fenajufe apresentou pauta de reivindicações atualizada, na qual cobra, por exemplo, a extensão da revisão salarial de 13,23% para toda a categoria (ver box).

O que disse o ministro

● **Mesa de Negociação** - A Fenajufe defendeu a instalação de uma mesa permanente de negociação paritária, com representantes da federação e dos tribunais superiores. O presidente do STF concordou com a proposta e se comprometeu a encaminhá-la via Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Lewandowski também sinalizou ser favorável à formação de uma comissão para tratar exclusivamente da carreira.

● **Projeto salarial** - Os servidores reafirmaram a defesa do projeto que repõe perdas salariais (PL 7920/2014). Lewandowski disse que segue favorável, busca um interlocutor no governo para negociar e tentará incluir os recursos na Lei Orçamentária de 2015. Mas não apresentou perspectiva concreta.

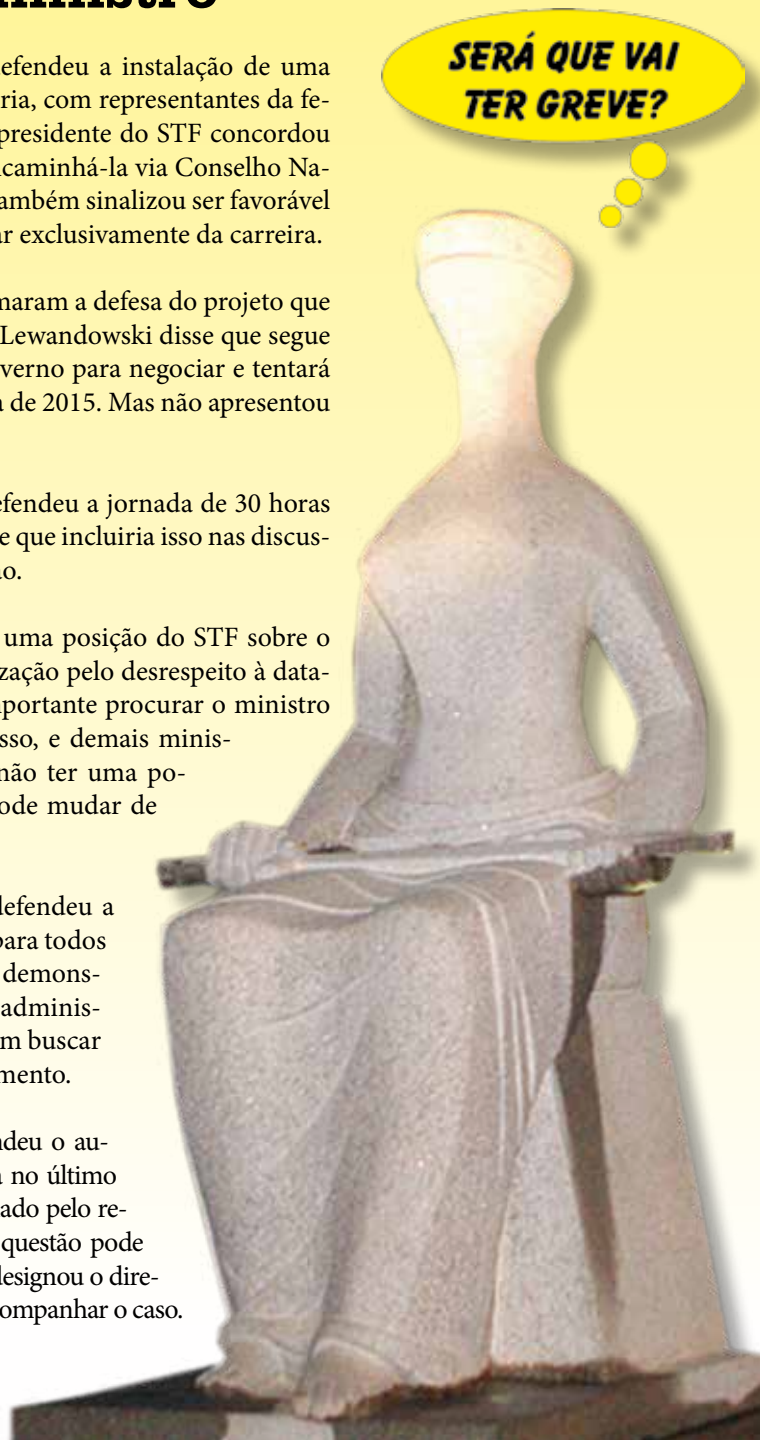
● **Jornada de 30 horas** - A federação defendeu a jornada de 30 horas semanais, sem redução salarial. Ele disse que incluiria isso nas discussões, mas não quis antecipar sua posição.

● **Data-base** - Os servidores cobraram uma posição do STF sobre o julgamento da ação que pleiteia indenização pelo desrespeito à data-base. Lewandowski disse que seria importante procurar o ministro Dias Tofolli, que pediu vista do processo, e demais ministros. O presidente do Supremo disse não ter uma posição fechada sobre o assunto e que pode mudar de opinião a depender dos argumentos.

● **Extensão dos 13,23%** - A Fenajufe defendeu a extensão da revisão salarial de 13,23% para todos os servidores e tribunais. Lewandowski demonstrou não ver possibilidade de extensão administrativa e disse que os servidores deveriam buscar uma via jurídica para assegurar o pagamento.

● **Reenquadramento** - A federação defendeu o aumento de dois padrões para quem estava no último nível da tabela salarial e não foi contemplado pelo reenquadramento. O ministro disse que a questão pode ser encaminhada administrativamente e designou o diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, para acompanhar o caso.

SERÁ QUE VAI TER GREVE?



Sintrajud e Fenajufe cobram também os presidentes dos TREs

Diretores do Sintrajud compareceram no dia 9 ao 64º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, que reuniu presidentes dos TREs de todo o país no Hotel Golden Tulip Paulista Plaza, em São Paulo. Estiveram no evento os diretores Antônio dos Anjos Melquíades (Melqui), Cléber Borges de Aguiar e Maurício Rezzani, além do coordenador da Fenajufe Tarcísio Ferreira, e do servidor aposentado do TRE-SP Márcio Lois.

Eles entregaram a pauta de reivindicações dos servidores do Judiciário Federal ao recém-eleito presidente do Colégio, o desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro, que preside o TRE-SP.

A pauta inclui a aprovação do PL 7920/14 (para a reposição das perdas salariais acumuladas durante nove anos de arrocho), o direito à data-base e a isonomia salarial para chefes de cartório do interior e das capitais, entre outros itens.

Coltro pediu que os dirigentes apresentassem um resumo das reivindicações e se comprometeu a fazer constar esse resumo na Carta de São Paulo, documento que seria elaborado no final do evento.

Ele também assumiu o compromisso de enviar o documento, manifestando apoio às reivindicações e pedindo agilidade nas negociações, à presidente Dilma Rousseff (PT), ao vice, Michel Themer (PMDB), e à presidência de todos os tribunais superiores.

Federais preparam campanha unificada

Duas reuniões, no final do mês, vão ajudar a traçar as bases da campanha salarial de 2015. No dia 30, acontece a reunião do fórum Espaço Unidade de Ação, que aglutina diversas entidades sindicais, entre elas a CSP-Conlutas e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

Nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro, as entidades do funcionalismo federal fazem sua primeira reunião do ano, com participação dos servidores do Judiciário. O encontro será no Brasília Imperial Hotel.

O objetivo é unir forças para enfrentar o governo, defendendo pontos comuns na pauta de reivindicações, como a data-base.

O Fórum Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais decidiu elaborar uma carta listando os principais projetos em tramitação no Congresso Nacional que afetam os servidores públicos.

O documento servirá para pedir o apoio dos parlamentares às matérias que favorecem os servidores e a rejeição dos projetos que lhes prejudicam. O docu-



mento será entregue aos deputados e senadores no dia 2 de fevereiro, quando começa o ano parlamentar. No mesmo dia, será realizado um ato unificado no Congresso Nacional, além do ato já marcado pelos servidores do Judiciário no STF.

Encontro vai traçar as bases da campanha salarial de 2015 e unir forças para enfrentar o governo Dilma

Sintrajud requer **extensão dos 13,23%** para todos os servidores

Sindicato protocola requerimentos e continua trabalhando sobre ação que já teve decisão positiva em 1ª instância

O Departamento Jurídico do Sintrajud protocolou requerimentos para a extensão do reajuste de 13,23% (referente à antiga vantagem pecuniária individual - VPI) aos servidores de todos os tribunais regionais de São Paulo.

Além de protocolar os requerimentos no TRT-2, no TRE e no TRF-3, o Sindicato busca interlocução com os tribunais superiores e continua trabalhando sobre a ação judicial com que ingressou na Justiça Federal. Essa ação está com a 1ª Turma do TRF-3

e requer o pagamento da revisão a todos os filiados que, na época, apresentaram autorização para o Sintrajud representá-los no processo.

A revisão já está sendo paga aos servidores do TST representados por uma ação interposta por uma associação de servidores da Justiça Trabalhista. O mesmo deve acontecer a partir deste mês no TRT-2, por meio de uma folha de pagamento suplementar, de acordo com comunicado interno da presidência desse tribunal, publicado no dia 12 de janeiro.

Entenda os 13,23%

Em 2003, ao reajustar as remunerações dos servidores públicos federais, o então presidente Lula concedeu um aumento linear de 1% e um abono fixo, de R\$ 59,87, chamado de Vantagem Pecuniária Individual (VPI).

Entretanto, para o menor salário da União na época esse abono correspondia a reajuste de 13,23%. Isso significa que o reajuste, na prática, não foi isonômico nem linear.

Dessa maneira, a decisão do governo acabou violando o artigo 37, inciso

X, da Constituição. Diz o texto constitucional: "a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do artigo 39, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

Veja no site do Sintrajud mais detalhes sobre a ação dos 13,23% e um roteiro de perguntas e respostas sobre o processo.

Dia 4 tem **assembleia setorial na JT Barra Funda**

O Sintrajud foi convocado pela corregedoria para audiência de conciliação na representação apresentada pelo Sindicato contra a juíza E. A.

A direção do Sindicato está convocando assembleia setorial que vai tratar deste assunto, entre outros, na quarta-feira, 4 de fevereiro, às 13h, no Fórum Ruy Barbosa.

"A decisão de representar contra a juíza foi tomada em assembleia e acreditamos que qualquer proposta de conciliação também tem de ser aprovada por uma assembleia", disse Inês Leal de Castro, diretora do Sintrajud e servidora da JT

Pauta da assembleia:

- Proposta de conciliação
- 13,23%
- Informes da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais
- Outros assuntos

Fenajufe protocola requerimento para **atualização dos benefícios**

Federação busca a correção do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar

Com informações da Fenajufe

Os coordenadores da Fenajufe Adilson Rodrigues e Jean Loiola começaram a protocolar requerimento aos tribunais e conselhos superiores e ao MPU para a atualização do valor dos benefícios dos servidores. Os primeiros requerimentos foram protocolados no dia 14.

A Federação busca administrativamente a correção, pelo IPCA, do auxílio-alimentação e da assistência pré-es-

colar, de acordo com a possibilidade prevista no artigo 105 da Lei Orçamentária 2015.

O objetivo da Fenajufe é que os tribunais e conselhos superiores editem uma portaria conjunta mantendo a uniformização dos valores já conquistados para o auxílio-alimentação (R\$ 751,96) e a assistência pré-escolar (R\$ 594,15). No caso do auxílio-saúde, a uniformização ainda está pendente e o benefício apresenta valores muito diferentes nas instâncias do Judiciário e nos estados.

Os coordenadores da Fenajufe e dirigentes sindicais da categoria consideram fundamental retomar as lutas pela valorização da carreira e pela atualização dos benefícios. Eles destacam a importância dessas lutas no atual contexto, em que o governo Dilma desrespeita o direito à data-base dos servidores públicos (que a lei fixa em janeiro de cada ano), e também com o impasse em torno da reposição salarial dos servidores do Judiciário e do MPU.

Palestra e debate sobre **Assédio Moral**

Com o psicólogo do Sintrajud **Daniel Luca**

30/01/15, às 15h



Auditório da Justiça do Trabalho de Santos
Rua Brás Cubas 158, Centro, Santos SP

Mais informações:

Subsede Santos: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - das 10h às 18h
Tel. (13) 3238-3807 / 3271-9114 - Falar com Marcelo

Servidores lotam **festas do Sindicato**

Eventos na capital e na Baixada encerram ano difícil com alegria e solidariedade



Santos



São Paulo

Depois de um ano de muita luta, o Sintrajud encerrou 2014 com as tradicionais festas e confraternizações de final de ano. Capital e Baixada Santista realizaram eventos em 19 de dezembro. Também houve festas dos servidores em Marília, Presidente Prudente e outras cidades.

Em São Paulo, o evento lotou o salão de festas do Tênis Clube Paulista, no Paraíso. A trilha musical ficou por conta da Banda Matrix, que tocou clássicos do rock e da música pop internacional dos anos 70, 80 e 90. O Sindicato sorteou brindes entre os convidados, como passagens para Salvador, ingressos para o Hopi

Hari e para o Parque da Mônica, um aparelho de fondue e outro de feijoada, um faqueiro, etc.

"Foi um ano muito difícil para nós, mas mostramos disposição para enfrentá-lo", disse a diretora do Sintrajud Angélica Olivieri, servidora da JF, ao fazer um balanço do que 2014 representou para a categoria. "Tivemos poucas conquistas, mas significativas", acrescentou. "[O ano de] 2015 também será difícil, mas temos a mesma disposição para vencer os desafios que virão."

Solidariedade

Na Baixada Santista, a festa de fim de ano da Subsede ani-

mou o Espaço Bloom, na Praia do Gonzaguinha, em São Vicente. Os colegas da Baixada comemoraram também os 18 anos da Subsede e marcaram a data com um gesto de solidariedade.

Com o apoio dos convidados e do salão de beleza Spazio foram recolhidos 150 kg de alimentos não perecíveis e guloseimas infantis, além de 140 kg de roupas e 100 brinquedos. A Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo (Assojubs) cedeu veículo para que todo o material arrecadado fosse entregue a uma comunidade indígena guarani de Bertioiga.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Elizaldo Veríssimo da Silva, Ênio Ferreira Mathias, Erlon Sampaio de Almeida, Flávio Conrado Junior, Inês de Castro, João Carlos Carvalho da Silva, Jorge Henrique Jacyntho Aristóteles, Lucas José Dantas Freitas, Lynira Rodrigues Sardinha, Maria Angélica Olivieri, Maria Helena Garcia Leal, Maurício Rezzani, Raquel Morel Gonzaga, Romeu Egidio Natal Meirelles, Salomão Sousa Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajud Santos3@gmail.com

Jornalistas: Hélio B. Barboza | Colaborador: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Diego Plenamente | Tiragem: 12.500 exemplares

